

## **Avaliação da Conformidade**

*(texto extraído e adaptado do livro: Serviços tecnológicos de TIB para o setor de Máquinas e equipamentos - Uma visão estratégica/ ABIMAQ – Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos / 2008 – autor: José Augusto Pinto de Abreu, Alexandre Garrido, Gustavo Mantovani, Guilherme Witte).*

Desde que a humanidade deu seus primeiros passos no comércio a atividade de avaliação da conformidade passou a ser executada. As relações comerciais são acompanhadas da necessidade de verificações dos produtos quanto à conformidade aos padrões e aos pedidos estabelecidos, ou seja, a avaliação da conformidade é uma atividade indissociável das relações comerciais.

A avaliação da conformidade pode ser definida como qualquer atividade que tem como objetivo determinar, direta ou indiretamente, se os requisitos aplicáveis são atendidos. Estes requisitos podem estar estabelecidos numa norma ou em outro documento equivalente, como um regulamento técnico ou uma especificação, ou mesmo um contrato (CNI, 2002 b, p. 8, apud ABNT, 1998).

Desta maneira, a avaliação da conformidade é um serviço tecnológico que tem ampla aplicação e está intimamente ligado com a normalização e a regulamentação técnica.

Assim, a par do crescente uso de requisitos técnicos nas transações, expressos em termos de normas técnicas ou de regulamentos técnicos, cada vez mais os produtos e serviços são objeto de procedimentos de avaliação da conformidade como mecanismo para se verificar e assegurar o atendimento àqueles requisitos. De fato, os produtos são cada vez mais sujeitos a ensaios e testes, inspeções e certificações como condição para o seu fornecimento.

Os mecanismos utilizados para avaliar a conformidade são fundamentalmente as inspeções, os ensaios e as auditorias. Os resultados destas atividades é que são comparados com os requisitos especificados.

A atividade de avaliação da conformidade pode ser desenvolvida nas mais variadas situações e pode ser executada por diversos agentes. Pode ocorrer tanto no âmbito voluntário como no compulsório (ou obrigatório). No ambiente voluntário a avaliação da conformidade é exigida por uma relação contratual entre empresas. Já no compulsório tem-se a intervenção do Estado, por julgar que o produto em questão poderá impactar na saúde, segurança, proteção do consumidor ou no meio ambiente.

Ou seja, a avaliação da conformidade pode ser efetuada pela empresa fabricante de produtos ou prestadora de serviço, seja antes do fornecimento do produto ou serviço, seja na aquisição de insumos; pode ser efetuada pelo consumidor durante a aquisição de um produto ou serviço; pode ser executada por um organismo independente contratado para produzir uma avaliação isenta; ou pode ainda ser executada por um agente governamental para fins de fiscalização regulatória.

Em cada caso citado existem interesses, objetivos, necessidades e expectativas distintas, porém, independentemente da situação ou do agente executor desta atividade, o que se quer avaliar é o atendimento aos requisitos de uma norma ou regulamento técnico.